

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR OS ATAQUES CIBERNÉTICOS QUE ATENTAM CONTRA A DEMOCRACIA E O DEBATE PÚBLICO; A UTILIZAÇÃO DE PERFIS FALSOS PARA INFLUENCIAR OS RESULTADOS DAS ELEIÇÕES 2018; A PRÁTICA DE CYBERBULLYING SOBRE OS USUÁRIOS MAIS VULNERÁVEIS DA REDE DE COMPUTADORES, BEM COMO SOBRE AGENTES PÚBLICOS; E O ALICIAMENTO E ORIENTAÇÃO DE CRIANÇAS PARA O COMETIMENTO DE CRIMES DE ÓDIO E SUICÍDIO - CPMI FAKE NEWS

REQUERIMENTO Nº . DE 2020

(Sr. Delegado Éder Mauro)

Requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático da empresa FOLLOW ANALISES ESTRATÉGICAS LTDA, hoje chamada FOLLOW INTERMEDIações E NEGÓCIOS LTDA, CNPJ 31.061.524.0001-16.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal com base no art. 4º da Lei Complementar 105, de 2001, combinada com o art. 2º da Lei nº 1.579/52, e com a Constituição Federal, em seus artigos 5º, XII e 58, § 3º, que esta Comissão requirite a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da empresa FOLLOW ANALISES ESTRATÉGICAS LTDA, hoje chamada FOLLOW INTERMEDIações E NEGÓCIOS LTDA, CNPJ nº 31.061.524.0001-16, localizada no endereço Av. João Pinheiro, nº 146, Andar 10, Sala 01, Bairro Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP: 30.130-927, no período compreendido entre 01/01/2018 a 31/12/2019.

JUSTIFICATIVA

No rol das competências e prerrogativas constitucionais pelas quais as Comissões Parlamentares de Inquérito buscam melhor desempenhar seus misteres legais encontra-se a possibilidade de acesso ao sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático das pessoas físicas e jurídicas objeto de investigação no Parlamento, na exata medida em que tais informações se mostrarem imprescindíveis para o



CD/20399.96035-51



CONGRESSO NACIONAL

sucesso e a própria continuidade das investigações.

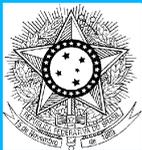
A presente CPMI foi criada pelo Requerimento nº 11/2019 – Congresso Nacional para investigar, no prazo de 180 dias, “os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.”

O Supremo Tribunal Federal sedimentou entendimento no sentido de que a quebra fundamentada do sigilo está incluída na esfera de competência investigatória das Comissões Parlamentares de Inquérito. Vejamos:

“O sigilo bancário, o sigilo fiscal e o sigilo telefônico (sigilo este que incide sobre os dados/registros telefônicos e que não se identifica com a inviolabilidade das comunicações telefônicas) - ainda que representem projeções específicas do direito à intimidade, fundado no art. 5º, X, da Carta Política - não se revelam oponíveis, em nosso sistema jurídico, às Comissões Parlamentares de Inquérito, eis que o ato que lhes decreta a quebra traduz natural derivação dos poderes de investigação que foram conferidos, pela própria Constituição da República, aos órgãos de investigação parlamentar. As Comissões Parlamentares de Inquérito, no entanto, para decretarem, legitimamente, por autoridade própria, a quebra do sigilo bancário, do sigilo fiscal e/ou do sigilo telefônico, relativamente a pessoas por elas investigadas, devem demonstrar, a partir de meros indícios, a existência concreta de causa provável que legitime a medida excepcional (ruptura da esfera de intimidade de quem se acha sob investigação), justificando a necessidade de sua efetivação no procedimento de ampla investigação dos fatos determinados que deram causa à instauração do inquérito parlamentar, sem prejuízo de ulterior controle jurisdicional dos atos em referência (CF, art. 5º, XXXV). - As deliberações de qualquer Comissão Parlamentar de Inquérito, à semelhança do que também ocorre com as decisões judiciais (RTJ 140/514), quando destituídas de motivação, mostram-se írritas e despojadas de eficácia jurídica, pois nenhuma medida restritiva de direitos pode ser adotada pelo Poder Público, sem que o ato que a decreta seja adequadamente fundamentado pela autoridade estatal. (MS 23.452, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 16.9.99, Plenário, DJ de 12-5-00).”



CD/20399.96035-51



Amplamente divulgada na imprensa, em veículos de grande a pequena circulação, a empresa de marketing digital Follow Analises Estratégicas LTDA, CPNJ nº 31061524000116, cujos sócio proprietários são Miguel Correa da Silva Júnior, CPF nº 030.537.886-40, e Lídia Correa Alves Martins, CPF nº 100.566.446-39, é investigada pelo Ministério Público por indícios de recrutamento pago a influenciadores digitais para divulgação espontânea de políticos e publicação de notícias positivas sobre candidatos do PT nas redes sociais, prática proibida pela Justiça. A remuneração prometida em troca seria de até R\$ 2.000,00 mensais. A empresa está no centro do escândalo que ficou conhecido como #LulaZord ou #WellingtonDiasGate.

Em 2 de setembro de 2018, com informações do jornal “O Globo”, o jornal O Tempo publicou a matéria intitulada “Miguel Corrêa teria usado verba pública para vender aplicativo”¹, de autoria do jornalista Lucas Gomes, diz que:

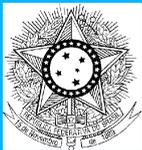
“O candidato ao Senado pelo PT, deputado federal Miguel Corrêa, teria usado quase R\$ 43 mil da cota para o exercício da atividade parlamentar da Câmara dos Deputados para viajar com o intuito de promover negócios pessoais como o da agência Follow. A empresa gerencia um aplicativo que oferece dinheiro em troca de apoio a petistas na internet. As informações são do jornal “O Globo”.

De acordo com a publicação carioca, entre maio e julho deste ano, quando o deputado se preparava para estar presente no mercado eleitoral, ele e um dos assessores viajaram para 14 capitais a um custo de R\$ 42,6 mil aos cofres públicos. O jornal afirma que confirmou a tentativa de venda do aplicativo “Brasil Feliz de Novo”, da agência Follow, por Corrêa, para candidatos cariocas, maranhenses, curitibanos e cearenses.

Ainda segundo a publicação, o deputado teria se encontrado com Ciro Gomes, candidato à Presidência pelo PDT, com o senador Lindbergh Farias, que tenta a reeleição ao Senado no Rio, com o governador do Maranhão, Flávio Dino, que busca a reeleição, além de assessores de Cida Borghetti (PR), candidata ao governo paranaense. Esses quatro políticos confirmaram

¹ <https://www.otempo.com.br/hotsites/elei%C3%A7%C3%B5es-2018/miguel-correa-teria-usado-verba-publica-para-vender-aplicativo-1.2025524>





CONGRESSO NACIONAL

ao jornal que receberam “a proposta de contratação do serviço de compra de elogios nas redes sociais, mas não contrataram o serviço do deputado petista”.

De acordo com levantamento de “O Globo”, a agência Follow foi utilizada irregularmente para impulsionar 14 candidaturas no país, incluindo o nome de Lula, que ainda não havia sido impugnado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Segundo a publicação, utilizaram o serviço Lindbergh Farias, os postulantes petistas aos governos estaduais Fernando Pimentel, em Minas, Wellington Dias, no Piauí, Luiz Marinho, em São Paulo, Márcia Tiburi, no Rio de Janeiro, e Décio Lima, em Santa Catarina. Alguns candidatos à Câmara Federal também teriam optado pelo serviço oferecido pela agência de Corrêa, como: Tiririca (PR-SP), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Kátia Sastre (PR-SP), Andréia Gonçalves (PR-SP) e Luciana Costa (PR-SP).

Resposta. Procurado pela reportagem de O TEMPO nesse sábado (1), o deputado federal não negou nem confirmou as acusações. Ao ser perguntado, por mais de uma vez, se teria usado o dinheiro público para propagar o serviço da empresa na qual ele é dono, Miguel Corrêa se limitou a dizer que “viaja e fala sobre emprego, geração de trabalho e construção dos empregos do século XXI. Atuo nessa pauta há 18 anos. Tenho sucesso empresarial há bom tempo e patrimônio compatível com as minhas receitas”, se defendeu o deputado.

(...)

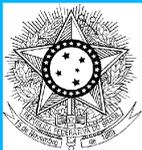
O mesmo jornal e jornalista supracitados, em 21 de setembro de 2018, publicaram a nota “Miguel Corrêa demite e não paga profissionais que trabalharam em aplicativo de sua agência”², conforme abaixo:

“Pessoas que trabalharam para campanhas petistas por meio da empresa de aplicativo do deputado federal e candidato ao Senado Miguel Corrêa (PT) reclamam que ele não pagou pelos serviços. Além disso, Corrêa demitiu cerca de 30 profissionais após a divulgação do uso do aplicativo no recrutamento de influenciadores digitais para promover notícias positivas relacionadas aos petistas.

“Depois da divulgação, ele (Corrêa) demitiu mais de 30 pessoas que trabalhavam na contratação de influenciadores para compartilhar notícias no aplicativo. Além das demissões, alguns profissionais que trabalhavam com a produção de conteúdo, que abastecia o programa, também pediram desligamento”, contou um dos contratados.

² <https://www.otempo.com.br/politica/aparte/miguel-correa-demite-e-nao-paga-profissionais-que-trabalharam-em-aplicativo-de-sua-agencia-1.2034268>





CONGRESSO NACIONAL

Segundo o ex-funcionário, a debandada de profissionais também acarretou a saída de clientes da plataforma. “Praticamente todos os candidatos saíram. Ficaram só o Wellington Dias (candidato à reeleição ao governo de Piauí), Katia Sastre (candidata a deputada federal por São Paulo) e outros poucos petistas. Mas os que importavam mesmo – Dilma Rousseff, Fernando Pimentel, Lindberg Farias e Gleisi Hoffmann – saíram”, revelou a fonte.

O profissional afirma que Corrêa não tinha acertado o pagamento com ninguém que foi demitido, que pediu demissão ou que ainda continua na empresa. Segundo ele, o deputado tinha que ter pagado no dia 10, o que não foi feito, mas estava “curtindo um rodízio em uma churrascaria famosa da região Sul da capital com toda a família”.

Outros profissionais ouvidos pelo Aparte informaram que os pagamentos começaram a ser realizados na última terça-feira, mas que nem todos os funcionários e ex-funcionários foram pagos. Entre os que não receberam o pagamento, por exemplo, estão os internautas que “falavam bem” dos petistas no Twitter.

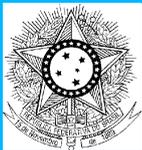
A empresa Fórmula Tecnologia, que tem Corrêa como um dos sócios, foi a responsável por repassar o dinheiro aos funcionários. Os contratos foram assinados pela diretora da empresa, Lídia Corrêa, que é sobrinha do deputado. Ela também é sócia da agência Follow, associada à campanha do tio. O Aparte tentou contato com Lídia, que não foi encontrada na empresa.

Interlocutores da equipe de campanha detalharam a divisão do trabalho: “O salário para o jornalista que produzia conteúdo era de R\$ 2.000, e os ativistas que trabalhavam na agência divulgando o aplicativo ganhavam R\$ 1.500. Tinha também o pessoal que ganhava R\$ 500 para compartilhar notícia. As matéria eram pontuadas, você tinha que fazer 400 pontos diários para ganhar R\$ 500 no fim do mês. Se chegasse a 6.000 pontos, ganhava R\$ 2.000”, contou a fonte.

O Ministério Público de Minas Gerais investiga se Corrêa utilizou recursos públicos para financiar empresas que atuaram na compra de influenciadores digitais para propaganda de petistas.

A coluna procurou o deputado federal, mas não teve as mensagens e telefonemas respondidos pelo candidato. Em outras oportunidades, Corrêa disse que as acusações eram falsas e que não existia um comprovante que ele teria pagado alguém para esse tipo de atividade.”





CONGRESSO NACIONAL

Por fim, matéria publicada pelo portal G1, na página de acompanhamento das Eleições 2018, em 28 de setembro de 2018, intitulada “Facebook remove páginas de empresa investigada por campanha irregular”³, informa que:

“O Facebook removeu de sua plataforma, nesta sexta-feira (28), 11 páginas e 42 perfis envolvidos em um suposto sistema de pagamentos a influenciadores digitais, que receberiam dinheiro para divulgar informações positivas sobre candidatos do PT e do PR nas redes sociais. (...)

Os Ministérios Públicos Eleitorais de Minas Gerais e o Piauí são responsáveis pela investigação.

A Follow pertence a Miguel Corrêa, deputado federal e atual candidato ao Senado pelo PT de Minas Gerais. Além das páginas ligadas à agência, o perfil pessoal dele também foi removido pelo Facebook. A página da campanha de Corrêa ao Senado segue no ar. Quando as investigações começaram, em agosto deste ano, Corrêa negou as acusações, afirmando que sempre teve a vida pública pautada na legalidade.

Em comunicado, o Facebook afirmou: “Nossos Padrões da Comunidade não permitem que contas operem de maneira coordenada para enganar as pessoas sobre a origem de conteúdos ou para permitir outras violações de nossas políticas”.

Segundo o Facebook, por enquanto não estão sendo tomadas medidas contra as pessoas que foram contratadas pela Follow; apenas páginas de conteúdo da agência foram removidas. (...)

Entenda o caso

O caso ganhou repercussão nas redes sociais depois que alguns dos influenciadores denunciaram a empresa, alegando o alinhamento partidário dos aplicativos.

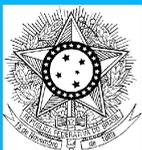
A Follow criou dois aplicativos — Follow e Brasil Feliz de Novo — que possibilitavam aos usuários cadastrados ter acesso a notícias positivas e “objetivos” de compartilhamento. Conforme as notícias eram compartilhadas e repercutiam nas redes, os contratados recebiam pontos. Aqueles que figuravam melhor nos rankings dos aplicativos, supostamente receberiam dinheiro por isso.

O TSE vetou nestas eleições a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na internet que não seja feita pelo próprio

³ <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/28/facebook-remove-do-ar-paginas-de-empresa-investigada-por-campanha-irregular.ghtml>



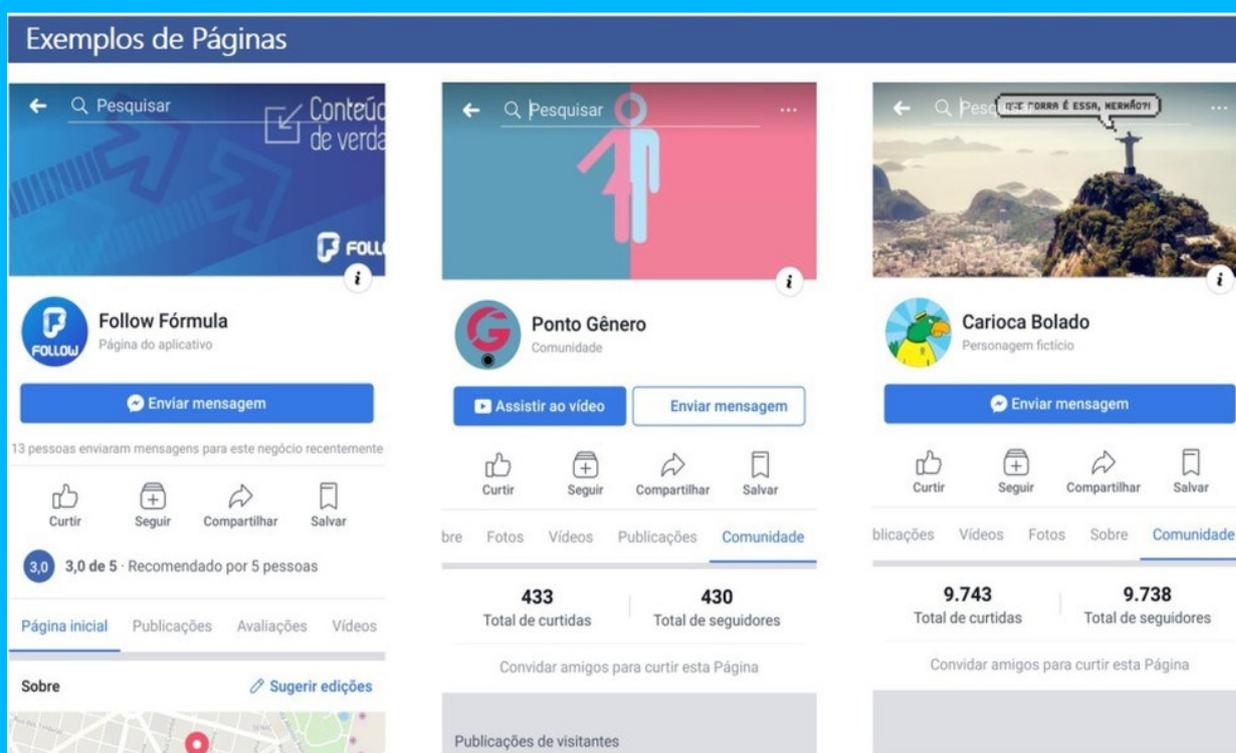
CD/20399.96035-51



CONGRESSO NACIONAL

comitê de campanha do candidato, partido político ou coligação. Os anúncios digitais oficiais e permitidos pelo TSE, têm, necessariamente, uma identificação de quem pagou pelo anúncio, incluindo CPF ou CNPJ.

O PT negou ter qualquer tipo de contrato com as empresas de Corrêa. Aojornal “O Globo”, o PR confirmou a contratação da empresa do petista para fazer a “análise de viabilidade eleitoral e formulação de projeto para comunicação pela internet, bem como sua respectiva execução”.



Páginas relacionadas à Follow que foram retiradas do ar — Foto: Divulgação/Facebook

Dessa forma, os indícios de possíveis fraudes e crimes praticados pela empresa supracitada, dentre outras apontadas pelas investigações, faz inferir a possibilidade de haver prática de transações financeiras diversa dos padrões legais, restando a esta Comissão buscar esclarecimentos acerca da movimentação financeira ao longo de período que especifica.

Por outro lado, a fundamentação da presente requisição, ao se utilizar de dados recebidos por essa Comissão Parlamentar de Inquérito com a cláusula da manutenção do sigilo judicial, o faz em situação de extrema excepcionalmente e no exclusivo interesse público, haja vista que, como afirmado, não haveria outra possibilidade de buscar, no rastro das ações perpetradas através desta empresa, a apuração dos ilícitos praticados, notadamente aqueles relacionados com o uso do

CD/20399.96035-51



CONGRESSO NACIONAL

dinheiro público para investimentos, pagamentos diversos ou venda comercial em benefício da própria empresa.

Nessa quadra, afirma-se mais uma vez que a medida encontra ressonância na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido:

“Cabe à CPMI, no exercício de sua atribuição constitucional, zelar pela confidencialidade dos dados obtidos, somente deles fazendo uso em relatórios e atos internos, excepcionalmente, e sempre em razão do interesse público.” (MS 25.720-MC, Rel. Min. Joaquim Barbosa, decisão monocrática, julgamento em 19-12-05, DJ de 2-2-06).

“Havendo justa causa – e achando-se configurada a necessidade de revelar os dados sigilosos, seja no relatório final dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (como razão justificadora da adoção de medidas a serem implementadas pelo Poder Público), seja para efeito das comunicações destinadas ao Ministério Público ou a outros órgãos do Poder Público, para os fins a que se refere o art. 58, §3º, da Constituição, seja, ainda, por razões imperiosas ditadas pelo interesse social – a divulgação do segredo, precisamente porque legitimada pelos fins que a motivaram, não configurará situação de ilicitude, muito embora traduza providência revestida de absoluto grau de excepcionalidade. (...) (MS 23.452, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 16.9.99, Plenário, DJ de 12-5-00).”

A quebra dos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático solicitada, contribuirá decisivamente com o objetivo de investigar profundamente práticas ilícitas por agentes públicos durante a campanha eleitoral de 2018, auxiliando na identificação do “caminho do dinheiro”.

Por isso, peço aos nobres pares o apoio para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de março de 2020.

Deputado DELEGADO ÉDER MAURO

PSD/PA



CD/20399.96035-51